

## SECUNDÁRIO PROFISSIONALIZANTE: PRÊMIO DE CONSOLAÇÃO?\*

Cláudio de Moura Castro

### I — INTRODUÇÃO

Tal como refletido no espaço devotado pelos jornais ao assunto, nos últimos anos o interesse popular e o foco de atenção dos organismos encarregados da organização do sistema educacional brasileiro se voltaram para dois temas: a profissionalização do ensino secundário e a transformação e expansão do ensino universitário. Neste ensaio, tentaremos mostrar que esses dois problemas estão nitidamente interligados e que a estratégia de ação efetivamente adotada no segundo é incompatível com o objetivo do primeiro, em muitos casos neutralizando-se as próprias estratégias utilizadas. Mais especificamente, a estratégia de transformação do ensino universitário torna inviáveis às propostas de profissionalização do ensino secundário.

Diante da perplexidade geral, em face aos dilemas e problemas da profissionalização do ensino, vale a pena voltar a perguntar: Para que serve o curso secundário? A classificação abaixo será adequada para a discussão que temos em mente:

(i) A transmissão de uma herança cultural e o desenvolvimento de uma

visão histórica sempre se constituirão em uma das funções da escola. Poderíamos ir mais longe e enquadrar neste item a função socializadora da escola, isto é, seu papel na transmissão de valores, estabelecimentos de hábitos e de comportamentos e atitudes de elevada funcionalidade na operação da sociedade.

(ii) A preparação para cursos de mais alto nível é um papel notório da escola secundária. Esta é a conhecida função propedêutica da educação secundária.

(iii) A educação secundária pode ser concebida como um curso de formação geral, visando equipar intelectualmente o aluno para capitalizar a experiência de trabalho, isto é, para poder beneficiar-se do treinamento "pela prática" ou "no local de trabalho". Com uma formação sólida nas humanidades e nas ciências, o indivíduo será capaz de rapidamente adaptar-se a uma variedade muito grande de funções para as quais não caberia criar cursos especializados.

(iv) A escola secundária também pode ser vista como uma instituição profissionalizante, preparando mão-de-obra pronta para ser utilizada numa variedade de ocupações.

As duas primeiras funções não merecem maior discussão. A transmissão dos valores da sociedade e a socialização das crianças é, em grau cada vez maior, transferida da família para a escola. Tradicionalmente, a função propedêutica tem sido enfatizada pela escola. Em outro trabalho<sup>1</sup>, já examinamos com que eficiência opera este sistema de formação propedêutica; não cabe portanto voltar a esse assunto.

\* Transcrito de Cadernos de Pesquisa n.º 17, jun. 1976 — Fundação Carlos Chagas.

<sup>1</sup> C. M. Castro, *Eficiência e Custos nas Escolas de Nível Médio: O Estudo Piloto para a Guanebara* (Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1971)

É nas duas últimas funções que concentraremos os comentários deste ensaio. Dispomos de evidência abundante indicando que para aqueles que não completaram a educação secundária, ou que, completando-a, não entraram na universidade, este curso não foi um esforço perdido. As taxas de rentabilidade para a educação secundária têm sido, no Brasil, razoavelmente elevadas, indicando que esta mão-de-obra encontrava um mercado no qual se ajustava satisfatoriamente. Enquanto era reduzido o número daqueles que conseguiam cursar o secundário, a escassez resultante garantia um mercado de trabalho aceitável e não havia indícios claros de que os graduados do curso secundário tivessem um nível de insatisfação elevado.

Contudo, recentemente, tem havido um aumento substancial no número de graduados de escolas secundárias. Os escalões baixos e intermediários das burocracias públicas e privadas estão cada vez mais saturados de pessoal com educação secundária. Nos últimos anos, tem-se elevado consideravelmente a taxa de desemprego para pessoas de nível secundário que nunca se empregaram, isto é, jovens. Parte da dificuldade está no aumento de universitários disponíveis para exercer algumas funções anteriormente reservadas para alunos de nível secundário. Progressivamente, o diploma de nível secundário vai-se transformando num prêmio de consolação para aqueles que não conseguem acesso à Universidade.

Paralelamente a essa evolução do mercado de trabalho, tem havido mudanças substanciais na estrutura do ensino secundário, no sentido de aumentar a participação dos cursos técnicos industriais, nitidamente profissionalizantes, e de se introduzir a profissionalização a nível do curso secundário acadêmico. Ao mesmo tempo, observa-se também a expansão de programas não acadêmicos, tais como o SENAI, que, cada vez mais, dão diploma a maior fração da mão-de-obra industrial nas grandes capitais brasileiras.

Na presente década, observamos grande empenho do governo em valorizar o caráter terminal dos cursos secundários profissionalizantes. O

esforço de persuasão do MEC se filtra nas hierarquias mais baixas na doutrina de que se esteja transformando a natureza das escolas secundárias que passariam no primeiro nível secundário a iniciar o estudante para o trabalho, profissionalizando-o na última etapa do secundário. Ao invés de dar um diploma de estudos secundários, a escola passaria a produzir indivíduos capazes de ajustar-se imediatamente em ocupações para as quais a oferta de trabalho fosse carente.

Contudo, uma avaliação realista da situação presente permite-nos ver, claramente, um hiato entre aquilo que vemos acontecer e aquilo que está escrito nos planos e nos discursos. Mais adiante, tentaremos ser mais específicos em nossas observações quanto à estrutura e funcionamento do ensino secundário. No momento, podemos tomar como indicador do grau de desajustamento do curso secundário a elevadíssima proporção de alunos que desejam prosseguir para a Universidade. Se todas as pesquisas realizadas indicam que acima de 95% dos graduados dos cursos secundários têm a intenção de cursar a Universidade, vemos demonstrada a não aceitação, por parte dos alunos, do curso secundário como terminal.<sup>2</sup>

Os diplomados do secundário não se contentam com a educação que receberam. Querem mais, querem universidade. A profissionalização não os parece atrair. Da forma como estão as coisas agora, seria necessário, a fim de satisfazer as expectativas dos graduados, oferecer matrícula na Universidade para praticamente todos aqueles que terminem o secundário.

A viabilidade e a pertinência de implementar tal meta educacional deve ficar totalmente fora de qualquer cogitação. Mesmo nos países mais avançados como os Estados Unidos, apenas cerca da metade dos gradua-

<sup>2</sup> Para referência de algumas pesquisas realizadas sobre estes assuntos, ver C.M. Castro e A. Mello e Souza, *Mão-de-Obra Industrial* (Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1974, Cap. II.)

dos do curso secundário matriculam-se na Universidade.

Os custos por aluno de operação de uma Universidade são da ordem de 5 a 10 vezes mais elevados do que de uma escola secundária, para níveis aproximadamente equivalentes de qualidade acadêmica. O acréscimo no orçamento exigido para tal expansão é muito superior aos recursos que poderiam ser adicionalmente mobilizados pelo ensino universitário.

Por outro lado, a Universidade exige qualificações superiores àquelas obtidas por uma boa parte dos graduados de um curso secundário. Com o aparecimento do vestibular classificatório, podemos claramente perceber que a expansão de matrícula tem-se dado à custa de uma redução considerável no nível de conhecimento dos alunos admitidos à Universidade. A curto prazo, mais universitários significa mais universitários de qualidade inferior. Em alguns casos, são aprovados candidatos cujos resultados em uma prova de escolha múltipla se aproximam daqueles que poderiam ser obtidos pelo processo aleatório de se lançar uma moeda para escolher a resposta.

No estabelecimento do grau de seletividade do curso universitário, os países europeus optam tradicionalmente pela solução de diplomar menos universitários de melhor qualidade, enquanto os Estados Unidos preferem admitir à universidade indivíduos com qualificações acadêmicas mais variadas. Trata-se de um problema doutrinário que se mantém em aberto. Contudo, no caso brasileiro parece bastante óbvio que seria irresponsável e demagógico, neste momento, expandir a base de recrutamento para a Universidade, considerando o nível de qualificação apresentado pelos alunos marginalmente aprovados.

Mas devemos lembrar-nos de que, na presente situação, o sistema decepciona metade daqueles que se graduam no secundário. Isto é, se praticamente todos querem entrar na Universidade e somente a metade realmente consegue, estamos operando com um sistema educacional que frustra bruscamente a metade dos alunos que conseguem chegar ao fim

do secundário.

A profissionalização do ensino secundário é tida, então, como uma resposta. A estratégia adotada é tentar tornar mais atrativo o curso secundário. E a maneira encontrada para fazê-lo mais atrativo é torná-lo profissionalizante. O atrativo de um emprego imediato de boa remuneração, com a segurança do domínio de uma ocupação, haveria de desviar para esses cursos uma fração substancial daqueles que de outra forma tentariam — com ou sem sucesso — a Universidade. Contudo, esta estratégia não vem encontrando qualquer sucesso.

Acreditamos que a razão do insucesso dessas medidas se encontre em parte na própria política educacional para as universidades. Ao mesmo tempo que se tenta criar atrativos para a terminalidade do secundário, criam-se atrativos adicionais, mais tangíveis e mais importantes, associados à universidade.

Antes de explorar mais sistematicamente aquilo que acontece a nível das universidades, vale a pena tentar demarcar melhor as perguntas que tentamos responder neste ensaio: Faz sentido alimentar as aspirações irrealistas de 50% dos graduados das escolas secundárias? Se não faz, como eliminar o excesso de demanda com o seu subjacente desgaste econômico e emocional? Finalmente, por que há o excesso de pretendentes às Universidades?

Parece-nos que não estamos diante de uma situação de falta de atrativos ao curso secundário, especialmente nas modalidades profissionalizantes, mas sim de excesso de atrativos para o curso universitário. A economia da educação oferece-nos instrumentos que permitem medir os atrativos econômicos do investimento em um dado curso. Este tipo de exercício estatístico já tem sido realizado várias vezes no Brasil e os resultados indicam que o investimento em universidade é economicamente vantajo-

A idéia por trás dessas mensurações do rendimento econômico da educação reside na comparação dos custos associados ao processo educacional, com os benefícios resultantes da educação recebida. Os benefícios são medidos pelo aumento da renda média daqueles grupos que receberam a educação adicional considerada.

Para um indivíduo que completou o curso secundário, a inversão num diploma universitário é vantajosa sob o ponto de vista econômico.<sup>4</sup> As taxas de rentabilidade da inversão em educação superior poderiam servir como um sumário conveniente e perfeitamente adequado para explicar o excesso de "demanda" por matrícula universitária. Todavia, o elevado grau de síntese contido nessas taxas de rentabilidade de investimento implicam também em um excesso de abstração e uma perda de perspectiva para certos aspectos relevantes do problema. Preferimos, portanto, determo-nos em alguns aspectos dos benefícios trazidos pelo curso universitário, bem como do sacrifício necessário para consegui-lo, isto é, os custos, sejam eles financeiros ou puramente psíquicos. A forma de apresentação utilizada poderia ser considerada uma "análise qualitativa de custo-benefício".

<sup>3</sup> C.M. Castro. "Investimento em Educação no Brasil: Comparação de Três Estudos", *Pesquisa e Planejamento*, Volume 1, n.º 1, julho/novembro 1971.

<sup>4</sup> Estamos considerando os benefícios econômicos dessa inversão sob o ponto de vista privado, isto é, do indivíduo que realiza o investimento. Não há qualquer necessidade lógica de que, sob o ponto de vista social, essas inversões sejam também vantajosas. De fato, recentemente um número cada vez maior de autores se tornam céticos quanto aos efeitos agregados de alguns tipos de inversão em educação. Em particular, o argumento do "credencialismo" parece bastante persuasivo em muitas situações. No texto que se segue, alguns dos problemas de credenciamento serão abordados.

## II — DAS VANTAGENS DE SER UNIVERSITÁRIO

### A. UNIVERSIDADE: DIPLOMAS A PREÇO DE OCASIÃO

Nesta subseção examinamos em detalhe algumas características dos custos da educação universitária, bem como os mecanismos institucionais que controlam sua incidência sobre os alunos.

Cada vez mais marcada se torna a dicotomia entre a universidade pública com sua melhor qualidade acadêmica e mais baixa faixa de crescimento e os estabelecimentos isolados de funcionamento precário e rapidíssimo crescimento. Os argumentos apresentados a seguir não se aplicam em todos os casos a ambos os tipos de instituições. Não obstante, a taxa de crescimento de matrícula em nível superior é sempre pelo menos em parte imputável ao poder público que além de operar as suas universidades controla — através do Conselho Federal de Educação — o credenciamento das demais.<sup>5</sup>

i) Mencionamos que a educação universitária a níveis aceitáveis de qualidade é produzida a custos que são em geral 5 a 10 vezes mais elevados do que aqueles necessários para a educação secundária. Contudo, nem sempre há uma correspondência entre o custo social da educação, isto é, o valor global do esforço necessário para produzi-la, e aquilo que de fato as pessoas têm que pagar para freqüentarem os cursos. Na realidade, são tão comuns os casos em que há divergência entre custo e preço de venda da educação, quanto aqueles em que essas duas medidas coincidem. Nas universidades federais, o total dos pagamentos exigidos aos alunos na forma de taxas corresponde a uma fração ínfima dos custos de operação da universidade, os quais, por sua vez, subestimam os custos totais, por não incluírem o valor dos serviços do capital instalado. Nas universidades católicas, as anuidades não cobrem, em geral,

<sup>5</sup> Veja-se a esse respeito o interessantíssimo trabalho de José Silvério Horta, "A Expansão do Ensino Superior no Brasil", *Revista de Cultura Vozes*, V. LXIX (agosto de 1975), número 6.

nem a metade do custo de operação. É curioso notar, por exemplo, que as mensalidades da PUC do Rio de Janeiro são consideravelmente inferiores às de alguns cursos pré-escolares que operam na sua vizinhança.

ii) Somente nas Universidades privadas não-religiosas há uma aproximação entre custo e "preço de venda do produto". De fato, há casos de instituições de ensino superior que operam com lucro, mas há de se notar que, em alguns desses casos, a qualidade da educação oferecida é lamentavelmente baixa, lançando dúvidas quanto às conseqüências a longo prazo de se oferecer uma educação fictícia.

Talvez uma razão importante para explicar o baixo custo de certas faculdades privadas seja a sua operação noturna que permite a utilização de pessoal docente de custo muito reduzido.<sup>6</sup> Para atrair ao magistério um bom profissional, é necessário oferecer-lhe salários que, pelo menos, não se distanciem muito dos que ele poderia obter em outras ocupações. Um curso noturno, porém, oferece a possibilidade de emprego adicional de algumas horas por semana, sem qualquer sacrifício no exercício de uma atividade profissional, até o próprio magistério em outras Universidades. Em condições tão descomprometidas, a atividade didática oferece atrativos a um número muito grande de profissionais, o que permite a sua contratação a níveis salariais freqüentemente mais baixos do que aqueles pagos a um professor de nível secundário. Sendo este um fenômeno relativamente novo, ainda não se desgastou o status de "professor" imputado a uma atividade tão precária.

Em suma, a educação universitária é, na maior parte das vezes, oferecida a um custo muito baixo para o aluno, seja em virtude do subsídio praticamente total das universidades públicas, seja pelas características que permitem às faculdades privadas operar com mensalidades relativamente modestas.

iii) A partir da idade em que em médias as pessoas começam a trabalhar

<sup>6</sup> Não dispomos de evidência que permita verificar essa proposição.

— no Brasil, por volta de 15 anos — supõe-se que o valor do rendimento não recebido por freqüentar a escola torna-se cada vez mais importante. Por exemplo, o valor do salário usual que o jovem de 16 a 18 anos deixa de perceber para freqüentar uma escola secundária é, em média, duas vezes mais elevado do que a mensalidade paga à escola.<sup>7</sup> Vemos, portanto, que o sacrifício de renda individual pode ter um peso maior no esforço financeiro da família do que o próprio pagamento das anuidades. De fato, resultam algumas implicações interessantes.

Quanto menor o sacrifício de tempo gerado pelo processo educacional, maior será o interesse dos graduados de secundário por este tipo de curso. Isso nos sugere que dois tipos de cursos merecerão a preferência dos candidatos: os cursos noturnos e os cursos que exigem menor esforço.

De fato, podemos observar que os cursos noturnos universitários têm uma taxa de crescimento mais elevada do que os cursos diurnos. Ao mesmo tempo, os cursos "fáceis" vêm também recebendo maior preferência. Uma pesquisa entre estudantes de economia e administração revelou que 62% haviam escolhido aquela carreira por ser um curso noturno e pelas menores exigências de tempo, em comparação com os cursos de Engenharia e Medicina que teriam sido a primeira escolha da maioria dos entrevistados (229 alunos de 10 faculdades de Economia da cidade do Rio de Janeiro)<sup>8</sup>.

Os cursos em estabelecimentos isolados, sem dúvida oferecem padrões de exigência acadêmica significativamente inferiores às universidades. Entre 1962 e 1973 os estabelecimentos isolados cresceram de 385% e as universidades de 96%.<sup>9</sup>

Respondendo ao interesse dos candidatos, a universidade se expande

<sup>7</sup> Ver C.M. Castro, *Investimento em Educação no Brasil; um Estudo Sócio-Econômico de Duas Comunidades Industriais* (Rio de Janeiro: IPEA, 1973).

<sup>8</sup> C. M. Castro, "A Produção de Economistas e o Produto dos Economistas". *Revista de Pesquisa e Planejamento* (dezembro de 1975), p. 550.

<sup>9</sup> José Silvério Horta, *op. cit.*, p. 45.

no sentido de oferecer cursos mais fáceis e em horários que sacrifiquem menos as atividades profissionais dos estudantes.

iv) Todavia, há aqui um ponto que talvez seja mais importante. O aumento da oferta de universitários leva-os a competir em um mercado que tradicionalmente estava reservado a pessoal de nível secundário. Com isto, torna-se cada vez mais difícil para os secundaristas encontrarem empregos satisfatórios; em outras palavras, a sua taxa de desemprego é cada vez mais elevada. À medida que se torna mais difícil para um graduado de curso secundário encontrar emprego, a sua estimativa da renda não recebida, isto é, daquilo que ele poderia receber se estivesse trabalhando, torna-se cada vez mais afetada pela probabilidade de não encontrar emprego. Há portanto uma redução no valor do uso alternativo do tempo. Dentro de uma equação individual de decisão, há uma queda no custo do ensino. Se caem os custos, é razoável esperar que se eleve a demanda. Estamos portanto diante de um círculo vicioso, em que o aumento do número de pessoas com universidade faz com que, através da redução do custo de oportunidade do tempo, seja reduzido o custo total da educação para o candidato, aumentando portanto a demanda por vagas nas universidades. Este é um mecanismo perverso, estranho aos manuais de micro-economia.

v) Quando examinamos a estrutura educacional de um país industrializado, digamos os Estados Unidos ou algum país da Europa, observamos uma perfeita graduação do esforço exigido do aluno em cada nível educacional. Quanto mais alto o nível, mais exigente o curso em termos de horas diárias de estudo, em termos de sacrifício dos momentos de lazer e em termos mesmo da intensidade de esforço necessário à realização do curso. Se falarmos em termos de um custo não-monetário, que seria o esforço dispendido, o sacrifício necessário e o roubo cada vez mais freqüente de horas de lazer, a educação tende a se tornar cada vez mais cara, à medida que passamos de um nível para outro mais elevado. Além de servir de mecanismo de triagem para aqueles que têm maior propensão aos cursos de tipo acadêmico, o crescimento progres-

sivo das dificuldades serve de freio à demanda nos níveis mais elevados de educação. Pelo privilégio de estudar a custos monetários diretamente nulos nas universidades públicas, pelo privilégio de deixar de produzir enquanto os demais estão no mercado de trabalho, pelo privilégio de ser assistido por professores mais bem treinados e mais bem selecionados, o aluno deve pagar um custo que consideramos justo; este custo é definido em termos do esforço individual que deveria ser cada vez mais elevado, quanto mais alto na pirâmide educacional.

No Brasil, estabeleceu-se a tradição de um esforço frenético, de "tudo ou nada" no vestibular. Após esse "rito de iniciação", traumático porém curto, em termos de carreira escolar, as coisas são muito facilitadas. Uma vez estando na universidade, nada mais do que um pouco de persistência é necessária para chegar ao fim com sucesso.

vi) Um argumento paralelo ao anterior, mas que talvez valha a pena ser mencionado separadamente, é o baixo risco da iniciativa de freqüentar um curso superior. Uma vez decidida a sorte no vestibular, não há mais riscos na universidade. Em cursos difíceis e exigindo sacrifício e comprometimento por parte do aluno, o risco do fracasso é pesado. O comprometimento emocional necessário para mobilizar a energia exigida pelo curso faz do fracasso uma experiência penosa e traumática. Mas em cursos onde é possível ter sucesso sem maior esforço e que, portanto, é possível cursar sem de fato estar psicologicamente comprometido com a iniciativa, o "custo emocional" é muito baixo. E quando tudo mais permanece constante, se o custo abaixa, aumenta a procura.

vii) Estar matriculado em uma universidade confere um status em termos de prestígio social que a qualidade inferior dos cursos ainda não conseguiu erodir. A sensação ou sentimento de pertencer a uma casta glorificada e valorizada pela sociedade pode, em si, constituir um

benefício imediato de matricular-se num curso superior. O universitário está envolto em uma aura de romantismo, desprendimento e idealismo, por aborrecida que seja a frequência a certas universidades.<sup>10</sup>

viii) A participação na vida de uma universidade pública ou nas grandes universidades religiosas traz *ipso facto*, uma série de vantagens estritamente de consumo. A política de subsídio ao ensino universitário pode ser entendida de maneira mais abrangente. Há aspectos imediatamente tangíveis como a alimentação subsidiada em restaurantes universitários. Há outras vantagens um pouco menos tangíveis como a existência de locais apropriados à vida social e ao convívio com grupos selecionados. As universidades têm agremiações sociais, campos de esporte e todo um complexo de facilidades e amenidades. Para uma fração considerável dos alunos, a universidade poderá oferecer um padrão de conforto superior àquele encontrado em suas próprias casas.

Em termos de status, em termos de seletividade das pessoas com quem o aluno vai conviver, e em termos das facilidades e amenidades físicas, as boas universidades podem ser comparadas a um clube social exclusivo, onde o aluno consome as amenidades materiais e interage com pessoas previamente selecionadas que desfrutam do status de pertencer àquela organização.<sup>11</sup>

<sup>10</sup> A título de ilustração, é curioso lembrar que, em cidades onde os calouros de engenharia ou medicina têm sua cabeça raspada, ao ser anunciado o resultado do concurso, alguns jovens que sequer fizeram o exame vestibular encomendam ao barbeiro idêntico corte para que sejam confundidos com os futuros universitários. É indicativo do status universitário algumas pessoas estarem dispostas a adotar um corte de cabelo tão pouco atraente com o único fim de serem transitoriamente confundidos com universitários.

<sup>11</sup> Não dispomos de informações específicas sobre o assunto, mas as estatísticas universalmente elevadas de endogamia sugerem que a frequência à universidade pode ter papel preponderante em muitas escolhas matrimoniais, podendo isso constituir um atrativo adicional.

Parte do custo da universidade, conceptualmente, poderia ser como uma mensalidade de um clube social fechado e de frequência selecionada.

ix) Finalmente, cabe mencionar que, para muita gente e em muitas situações, o ato de aprender é agradável em si mesmo. É difícil quantificar ou avaliar a importância desta dimensão num processo de tomada de decisão, mas seria fazer pouco da natureza humana supor que a curiosidade intelectual pura e o desejo de aprender pela mera gratificação de saber não seja um incentivo poderoso, que contribui para levar muita gente aos vestibulares.

No caso das mulheres, em particular, é muito comum a realização de um curso universitário pela simples gratificação intelectual do aumento do conhecimento. Nos homens, sendo por convenção social obrigados a trabalhar, torna-se mais difícil identificar este componente em sua forma pura. Contudo, carreiras como música e literatura sugerem um forte componente do que os economistas chamavam de "consumo"; isto é, a educação não é vista como o aumento de capital humano, mas sim, como um bem de consumo.

## B. OS BENEFÍCIOS DO DIPLOMA UNIVERSITÁRIO

Por razões de clareza conceptual, dividimos a educação em uma fase de custos, e uma fase de benefícios. Passaremos agora a examinar os benefícios que resultam de possuir o diploma universitário. A teoria do capital humano nos indica que a frequência à universidade confere ao indivíduo um capital humano que se manifesta na capacidade de operar com níveis de produtividade mais elevados — seja no sentido de produzir mais, produzir melhor ou efetuar operações mais complexas.

Esse maior nível de produtividade se materializaria em termos de salários mais elevados, que são os benefícios monetários da educação. O nível de remuneração, de acordo com a teoria do capital humano, será

proporcional à produtividade marginal do indivíduo naquela ocupação. Na medida em que aumenta a oferta e, portanto, aumenta a quantidade de pessoas exercendo aquela ocupação, a teoria nos indicaria que se deve reduzir a produtividade marginal e que, correspondentemente, os níveis salariais devem refletir essa redução em forma de salários mais baixos. Esses mecanismos, diretamente inferidos da micro-economia neoclássica, podem ser observados em um número extremamente grande de situações. De resto, é este o comportamento que necessariamente se espera em mercados competitivos.

Acontece, contudo, que os mercados são sujeitos a inúmeras imperfeições que bloqueiam ou modificam o comportamento das forças da concorrência. No contexto brasileiro atual, podemos, com efeito, identificar a presença de um mecanismo que afeta profundamente os indicadores de mercado e, portanto, as condições para que soluções socialmente ótimas sejam geradas pelo mercado concorrencial.

Na medida em que aumenta o número de graduados em universidades e, principalmente, na medida em que aumenta o número de graduados com qualificações duvidosas e formação deficiente, os mercados para universitários e para secundaristas se interpenetram mais. Que funções anteriormente exercidas por secundaristas passem a ser exercidas por universitários é perfeitamente natural e esperado. A inexistência de universitários mais bem formados leva o mercado a improvisar com graduados do secundário. Por outro lado, na medida em que a formação universitária for duvidosa, ou que seu número ultrapasse as vagas tradicionalmente existentes, o único mercado disponível é o mercado anteriormente preenchido por secundaristas. Estabelece-se, portanto, uma área de indefinição, uma área contestada, onde as exigências para o desempenho do cargo dependem muito mais da oferta de pessoal com diferentes graus de capacitação do que da própria natureza do cargo. Por exemplo, é indisputável que o presidente da grande empresa deve ter um título universitário, é também indisputado o fato de que o chefe do serviço de distribuição de café da empresa não o necessite; mas,

entre esses dois extremos é a disponibilidade de pessoas com diploma universitário que vai, em última análise, ditar as exigências de cada um dos cargos da longa hierarquia administrativa.

É perfeitamente natural que exista esta fronteira contestada e, na maioria das vezes, o próprio mercado resolve o problema de maneira satisfatória. Contudo, pertencendo a um grupo fechado, identificado e facilmente mobilizável, os graduados de cada carreira universitária têm condições de pressionar o governo para que este fixe por lei as exigências acadêmicas para a sua ocupação. Mais especificamente, à medida que aumenta o número de graduados e na medida em que, inevitavelmente, a oferta de empregos não pode se deslocar na mesma proporção — a taxa de expansão dos graduados universitários na última década foi de 300% — os órgãos de classe buscarão reivindicar junto ao poder público que esse estabeleça a exigência do diploma correspondente para o exercício de ocupações que anteriormente não exigiam tal diploma. Por omissão ou por compromisso com alguma política de valorização da universidade, o governo tem-se mostrado solidário com esse renascer do corporativismo medieval. As empresas grandes são os alvos favoritos para esse neo-corporativismo. Os economistas querem uma lei para que haja economistas em cada empresa; os administradores de empresa não ficarão satisfeitos enquanto todos os administradores das empresas grandes não forem diplomados; os médicos já querem garantir a sua presença obrigatória em todas as empresas. Já se pensa em fazer com que os corretores de imóveis tenham que dispor de um título universitário.

O aumento da proporção de universitários acarretará uma invasão progressiva nos mercados previamente preenchidos por secundaristas. Isto não é mais do que o esperado, e de resto, muitas vezes, em um país de débeis tradições educacionais, é grande o número de pessoas que desempenham funções com nível educacional inferior àquele que seria aconselhável. Contudo, essa política neo-corporativista do governo neutraliza qualquer esforço de promoção ou valorização das ocupações



secundárias, cujo mercado está sendo reduzido por lei, quando o próprio governo formula esta ou aquela exigência de diploma universitário.

Há situações em que o governo legitimamente deve legislar sobre as exigências deste ou daquele diploma reconhecido. Estas são as situações onde o consumidor não está em condições de avaliar o nível de conhecimento do profissional que o atende; caso típico é a medicina. Em outros casos, pode haver razões de segurança, sugerindo a necessidade de que certos requisitos sejam preenchidos, como o caso de pilotos de avião etc. Quando o consumidor — em particular, quando este consumidor é uma grande firma — está em condições de avaliar o grau de preparação ou conhecimento do candidato, não há qualquer razão para que se interfira através de legislação com este processo de escolha.

Segundo a micro-economia neoclássica, o aumento relativo do número de graduados universitários levaria a uma saturação dos mercados, implicando numa redução da remuneração média das ocupações deste nível e, ao mesmo tempo, de uma expansão deste mercado, no sentido de que os seus graduados aceitariam ocupações menos remuneradas, anteriormente ocupadas por pessoal de nível secundário. Essa redução nos níveis de remuneração corresponde ipso facto a uma redução dos benefícios. Isto resultaria em menor atratividade para os cursos universitários. Em termos econômicos, a redução na taxa de rentabilidade da inversão em educação tornaria esse investimento menos atraente, em confronto com outras alternativas possíveis. Implicitamente, isto seria uma valorização do curso secundário. Contudo, os mercados existentes são falhos, no sentido de que há dois tipos de imperfeições na sua atuação.

Diante da falta de informações mais precisas quanto ao desempenho futuro de candidatos a um determinado emprego, freqüentemente os empregadores fazem um pressuposto implícito de que mais escolaridade é maior garantia de sucesso no desempenho. Uma consequência

inevitável será a de que os melhores empregos disponíveis para pessoal de nível secundário passem a ser ocupados por universitários. Esse mecanismo tem sido chamado na literatura de **screening effect**. Isto significa que o rendimento médio dos graduados de secundário cairá. Empiricamente, não temos uma dimensão da importância desse mecanismo, mas à medida em que ele for um determinante importante dos mercados de trabalho, invalida os mecanismos de auto-regulação econômica, isto é, mais investimento em universidade pode não resultar na redução das taxas de rentabilidade desta inversão.

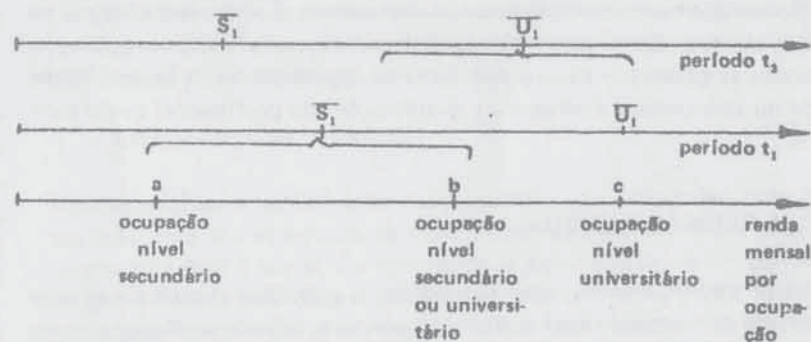


FIG. 1

Na Figura 1, ilustramos esses mecanismos. Os pontos a, b e c correspondem, aos níveis de renda correspondentes, respectivamente, a empregos nitidamente para secundaristas, aos melhores empregos para secundaristas que podem ser cobiçados por universitários, e a empregos tradicionalmente de universitários. Em um período  $t_1$  em que é limitada a oferta de universitários, sua renda mensal é de  $U_1$ , estando todos ocupados nos empregos c. Os secundaristas têm uma renda de  $S_1$ , combinação dos empregos a e b. Já no período  $t_2$ , com a expansão da oferta de universitários, os empregos b passam a ser ocupados por eles, reduzindo sua renda média para  $U_2$ . Por outro lado, a renda média dos secundaristas cai também para  $S_2$  já que perderam o acesso aos empregos b. Vemos que, embora  $U_2 < U_1$ , também  $S_2 < S_1$ , mantendo-se portanto a di-

ferencial de rentabilidade que é condição necessária para que as carreiras universitárias mantenham seus atrativos.

Mas se, superpondo-se a existência do *screening effect*, o governo passa a legislar sobre exigências educacionais para esta ou aquela ocupação, estabelecendo-se então um mecanismo garantido de desestímulo à profissionalização do secundarista ou, alternativamente, a um estímulo persistente à valorização do diploma universitário, quer ele tenha ou não sentido como certificado de conhecimento. É importante insistir no fato de que não há possibilidade de justificar cientificamente quaisquer dessas exigências — exceto nos casos de segurança ou de impossibilidade do consumidor conhecer as qualificações do profissional que o atende.<sup>12</sup>

### C. A DECISÃO INDIVIDUAL

20 Ao se graduar em um curso secundário, o indivíduo encontra a alternativa de contentar-se com o diploma que tem, seja ele profissionalizante ou não, ou prosseguir seus estudos na universidade. Ao reivindicar para si o papel de legislador, árbitro, fiscalizador e operador de escolas, o poder público está em posição de manobrar com bastante desembaraço os mecanismos de estímulos e desestímulos à matrícula em determinado nível educacional. Nesta seção tentamos mostrar que, por ação ou omissão, o poder público permitiu a promoção de extraordinários estímulos à matrícula na universidade. Podíamos contentar com os valores favoráveis das taxas de retorno encontrados nas análises de custo-benefício; todavia preferimos uma análise mais detalhada, explorando conceitos mais amplos de custos ou sacrifícios e dos benefícios ou resultados da educação.

<sup>12</sup> Com efeito, a experiência demonstrou que o calcanhar de Aquiles do "Manpower approach" estava principalmente na débil conexão que se mostrou existir entre educação e ocupação.

Do lado dos custos, verificamos que as escolas superiores quando não são grátis, são relativamente baratas, comparadas com outros níveis de ensino. Quando redefinimos os custos, em termos do sacrifício, do esforço e do comprometimento do tempo ou de lazer necessário para cursá-las, vimos que tampouco são elevados esses custos. Da mesma forma, os perigos de um comprometimento emocional necessário à execução de um curso difícil raramente ocorrem, já que os cursos são bastante fáceis e envolvem riscos pequenos. A universidade pública é como se fosse um clube fechado, oferecendo muitas vezes o que há de melhor em conforto material, amenidades e os privilégios de uma clientela exclusiva e prestigiada. As escolas que mais crescem são aquelas que operam em horários favoráveis, especialmente à noite ou, quem sabe, em fins de semana, oferecendo cursos que comprometem apenas modestamente o tempo e o esforço dos alunos. Finalmente, devemos lembrar que, pelo menos para alguns, há uma satisfação no ato de aprender, uma legítima curiosidade e desejo de aprender, independentemente da utilidade ou do valor econômico que mais adiante possa ter esse conhecimento.

Examinando a situação do lado dos benefícios, a evidência disponível indica claramente que os salários universitários são, em média, muito mais elevados do que os salários para os graduados de secundário. Este é um benefício econômico tangível e imediatamente percebido por todos. O modelo neoclássico de concorrência perfeita nos sugeriria que a grande expansão na matrícula universitária deveria gerar um aumento de ofertas, com a conseqüente baixa nos níveis de remuneração dos universitários. Isto significaria uma queda dos diferenciais de renda e, portanto, no estímulo econômico para a realização do curso universitário. Contudo, algumas das premissas necessárias ao funcionamento desse mecanismo parecem estar faltando. Não existe uma divisão natural e estanque entre os mercados para universitários e secundaristas e, por isso, passam a ser cobiçadas por universitários um grande número de ocupações tradicionalmente desincumbidas por secundaristas. E são essas exatamente aquelas que se encontram no extremo superior de

remuneração da distribuição de renda dos graduados de curso secundário. Se o mercado dos universitários progressivamente é ampliado de modo a incluir as melhores ocupações dos secundaristas, o diferencial de renda pode manter-se durante longo período, sem que haja alguma força de mercado levando ao decréscimo dos benefícios em investimentos adicionais, tal como prometido pela teoria neoclássica. Não apenas os poderes públicos observam complacentemente esses mecanismos — que um economista neoclássico chamaria de perversos — mas, também, o governo legisla em estilo medieval, para fazer renascer um neo-corporativismo, onde se garante para os universitários, além de empregos em quantidade, até mesmo níveis mínimos de remuneração.

Em muitos casos, o maior benefício da educação estaria no status conferido pelo título. Para os descendentes da aristocracia rural, o título universitário era uma questão de *noblesse oblige*. Podia ser médico, engenheiro ou advogado, a natureza do diploma não fazia diferença, pois em nenhum caso haveria o exercício da profissão. As coisas mudaram bastante, e com o funcionamento de certos cursos que podem ser considerados verdadeira contrafação, o diploma universitário poderá ter o seu status progressivamente erodido. Mas, por muito que se tenha barateado, é um símbolo de que não se pode prescindir nos dias que correm. E para aqueles que freqüentam estabelecimento de qualidade medíocre ou inaceitavelmente baixa, o status conferido pelo diploma tem mais valor do que o insólito conhecimento absorvido nas noites sonolentas ou nos fins de semana: se o conhecimento é precário, vale pelo menos ser doutor.

Diante da opção de prosseguir seus estudos ou de terminá-los com o diploma secundário, nossa análise sugere que a estrutura de incentivos favorece à alternativa universitária. Não deve, portanto, ser surpresa, mas sim um indicador de comportamento racional o fato de que mais de 95% dos alunos de cursos secundários têm a intenção de entrar na universidade. Mas, se a nível individual a decisão não carece de racionalidade, em termos macro-sociais fica evidenciada a rejeição do sistema

secundário como terminal, ao mesmo tempo que cerca da metade das aspirações individuais terão de ser frustradas pelo sistema.

### III — A PROFISSIONALIZAÇÃO DO ENSINO: BOAS INTENÇÕES E FALTA DE INFORMAÇÃO<sup>13</sup>

Se no plano social ou individual, é racional a decisão de optar pela universidade, o que estará acontecendo então com os cursos secundários que tentam oferecer algum grau de profissionalização ou introdução ao trabalho? Como poderemos ver pela rápida descrição abaixo, pode depreender-se que a tentativa de profissionalizar o ensino médio vem encontrando incontáveis dificuldades.

#### i) Escolas Técnicas Industriais

Aparentemente, a tentativa de maior sucesso na profissionalização do segundo grau são as escolas técnicas industriais, especialmente as pertencentes à rede Federal. De fato, pode-se supor que existe um consenso quanto à boa qualidade do ensino oferecido, tanto no ponto de vista técnico como acadêmico. Ao mesmo tempo que os estudantes da rede Federal não vêm encontrando dificuldades para serem absorvidos pelo mercado, seus níveis iniciais de salário são bastante satisfatórios. Lamentavelmente, este é apenas o princípio da história.

Na última década, as escolas técnicas industriais sofreram grande melhoria no que se refere a seus padrões acadêmicos, o que possivelmente se terá refletido na qualidade da matéria-prima recrutada. Contando com bons professores, bons equipamentos e alunos capazes de um bom aproveitamento escolar, essas escolas chegaram mesmo a servir de paradigma na formulação da legislação que profissionaliza as escolas aca-

<sup>13</sup> A presente sessão está parcialmente baseada em material contido no livro *Mão-de-Obra Industrial*, op. cit. cap. XI. Para uma versão mais trabalhada do que a que apresentamos aqui sugerimos a leitura deste capítulo.

dêmicas. Contudo, paradoxalmente, é esta mesma excelência acadêmica que cria um problema seríssimo para as escolas técnicas: elas passam a funcionar como escolas propedêuticas à universidade e, em particular, aos cursos de engenharia. Além da formação acadêmica, as escolas técnicas oferecem ao futuro universitário algo que os cursos acadêmicos não podem oferecer: um emprego propedêutico. Por ser muito fácil encontrar um emprego com o diploma de técnico industrial, este curso torna-se muito atraente para aqueles que querem financiar seus estudos de engenharia, ou o próprio cursinho, através do trabalho remunerado. Não se conhece a fração de técnicos industriais que entraram nas escolas de engenharia, mas suspeita-se que seja uma proporção bastante elevada, de ordem a por em dúvida os objetivos de se oferecer uma preparação pré-universitária a custos tão altos.

Percebendo na mão-de-obra técnica um elevado grau de volatilidade no emprego que reflete o seu desejo de entrar na universidade, as empresas têm relutância em colocar os técnicos em posições de responsabilidade, exatamente onde teriam acesso a promoções e, enfim, a uma carreira dentro da empresa. Talvez, em parte refletindo esta transitoriedade da mão-de-obra, os salários podem rapidamente atingir um teto. O formato do perfil de experiência-renda apresenta uma elevação rápida nos primeiros anos, atingindo contudo um platô a partir de cinco ou seis anos de experiência.

Por outro lado, conhecemos muito mal os fatores que determinam a demanda por técnicos industriais. A matrícula total nas escolas técnicas anda por volta de 5% da matrícula no secundário acadêmico. Apesar do seu pequeno número, há indicações de que em São Paulo o mercado esteja praticamente saturado, tal como revelado pelas baixas taxas de rentabilidade observadas recentemente naquele Estado. Não obstante, essa relativa saturação se dá com proporções de técnicos para engenheiros, ou técnicos para operário qualificado, muito inferiores àquelas encontradas na Europa e no Japão. As multinacionais de origem americana parecem utilizar-se dos técnicos industriais com muito menos fre-

quência do que as européias ou japonesas. O assunto merece uma análise mais cuidadosa do que até agora foi feita.

#### ii) Escolas Técnicas de Comércio

Infelizmente dispomos de informações muito limitadas a respeito desse curso. Contudo, a impressão superficial é que se trata de um curso acadêmico "facilitado", ao qual se adicionaram algumas matérias, que talvez tenham sido muito práticas há algumas décadas, mas que hoje estão bastante desatualizadas, tendo em vista as profundas mudanças na tecnologia gerencial e nas práticas de contabilidade de empresas modernas. Temos a impressão de que o currículo é bastante obsoleto. Talvez esse curso deva transformar-se em um curso de administração de pequenas empresas, explorando em profundidade técnicas gerenciais de médio escalão, controle industrial de custos, administração de pessoal, enfim, praticamente todas as matérias pertinentes a um curso de administração de empresa, porém a nível mais prático e voltadas para uma clientela de nível secundário.

Embora a possibilidade de acesso desse grupo à universidade seja mais reduzida do que a dos graduados de cursos acadêmicos e técnicos industriais, há indicações de que não são muito menores as aspirações dos alunos.

#### iii) Ginásio Industrial.

Pode parecer estranho incluir, dentre as possibilidades profissionalizantes um curso que foi praticamente extinto. Contudo o ginásio industrial foi criado prematuramente e, ousaríamos dizer, foi extinto exatamente no momento histórico em que passaria a se justificar a sua existência.

Esses cursos, preparando operários especializados em diversas áreas, ofereciam um grau de escolarização formal superior àquele usualmente encontrado dentre operários. Naquele momento, os operários indus-

triais raramente tinham qualquer educação secundária e os graduados de um ginásio industrial podiam se sair muito melhor no mercado com um diploma de ginásio do que com a aprendizagem industrial; isto é, havia para eles, possibilidades economicamente mais interessantes na área das ocupações burocráticas. Acrescido a isso, havia uma diferença de **status** entre a ocupação manual oferecida na escola e alguma outra que os elevasse a nível de funcionários **white collar**.

A perda de substância desses cursos, o seu fracasso como experiência profissionalizante, a freqüente invasão das escolas por alunos de classe média que mais ainda esvaziavam o conteúdo real da educação profissionalizante, tiraram o sentido dessa experiência. Contudo, agora, quando acabam de ser extintos e elevam-se os salários para as ocupações manuais qualificadas, alguns anos de escolarização secundária passam a ser uma exigência comum para ocupações qualificadas de alto nível (nas empresas mais modernas) e as ocupações não manuais se tornam de mais difícil acesso para os graduados de ginásio.

Talvez estejamos aqui novamente pagando o alto preço da imitação cega de modelos importados.

#### iv) Ginásio orientado para o trabalho ou polivalente

Ao contrário dos ginásios industriais, onde se buscava oferecer um treinamento vocacional arrematado e completo, ainda que em uma ocupação qualificada relativamente simples, os ginásios polivalentes e ginásios orientados para o trabalho buscam apenas iniciar o aluno em uma variedade de ocupações para que, pela primeira vez, ele tenha contato com o mundo do trabalho. Trata-se, ao mesmo tempo, de uma sondagem de aptidões e de uma iniciação profissional; não se deseja oferecer uma formação profissional. Parte-se da hipótese, em si razoável, de que entre 12 e 15 anos de idade o aluno não tem ainda a maturidade necessária para a escolha de sua ocupação ou profissão. À primeira vista, essas idéias parecem bastante aceitáveis. Contudo, um exame mais profundo

revela a fragilidade dessa orientação em um país com o nível de desenvolvimento educacional do Brasil. Para cada 100 alunos que entram no primário pouco mais de dez atingem o nível de escolarização que corresponde à graduação no ginásio polivalente. Postergar a qualificação profissional até o nível de escolaridade que se segue ao ginásio é, inevitavelmente, negar a profissionalização a pelo menos 90% dos brasileiros que freqüentam o sistema escolar. Acreditamos que mais grave do que uma escolha prematura de profissão seja a ausência de qualquer formação profissional.

Vimos, portanto, que essa modalidade escolar prepara os alunos para que possam escolher uma ocupação no ciclo seguinte do ensino secundário, isto é, no ciclo "colegial" (como era oficialmente chamado antes da reforma). Supõe-se, então, que dentre algumas daquelas ocupações com que poderá ter tido algum contato no ginásio polivalente, o aluno escolherá uma na qual se profissionalizará na última fase do secundário. Mas acontece que aí há outro erro de concepção. As ocupações contidas nos currículos usuais dos ginásios polivalentes não são ocupações que, no Brasil, estejam sendo ocupadas por pessoas de curso secundário completo. Aqueles que terminam o secundário aspiram, quando não à universidade, a ocupações que tenham status muito superior ao daquelas incluídas no currículo do ginásio polivalente (e para as quais eles nem sequer receberam treinamento adequado). Como conseqüência, os alunos dos ginásios polivalentes não têm qualquer interesse nas ocupações oferecidas por essas instituições.<sup>14</sup>

Em uma pesquisa realizada na Guanabara, entre alunos dos ginásios orientados para o trabalho, observou-se que apenas a metade de 1% tinha qualquer interesse em empregar-se exercendo alguma ocupação do tipo daquelas ensinadas nas escolas.

<sup>14</sup> A única exceção é o caso de ginásios polivalentes localizados em bairros operários, onde há grande concentração de indústrias.

Em suma, por ser pouco profissionalizante, os ginásios polivalentes não atendem às necessidades daqueles alunos oriundos das comunidades de operários, que poderiam aí receber uma formação profissional que nos dias de hoje já é compatível com esse nível de escolarização, isto é, alguma profissão manual qualificada; por outro lado, as ocupações oferecidas nessas escolas não têm qualquer interesse para aqueles que prosseguirão os estudos no próximo ciclo do secundário, já que, com este nível completo, as aspirações profissionais são totalmente incongruentes com aquilo que é oferecido nos ginásios polivalentes.

Um dos erros mais graves, tanto do ginásio polivalente quanto do segundo ciclo secundário profissionalizante, está em ignorar a dinâmica do grupo social formado pelos alunos. A escola em boa parte refletirá valores, e até mesmo os preconceitos, da classe social predominante na composição do seu corpo discente. Quase em sua totalidade, as escolas secundárias brasileiras atendem a alunos de classe média e alta (apenas cerca de 20% dos alunos a nível de "ginásio" provêm de famílias cujos pais ocupam profissões manuais ou mesmo supervisão de ocupações manuais). Conseqüentemente, os valores e aspirações compartilhados por todos os alunos dessa escola serão o reflexo dos valores de classe média. O organismo social da escola impõe informalmente sobre todos, um sistema de normas e valores de classe média, que alunos de origem operária são levados a adquirir. Especialmente em países como o Brasil, a classe média tem grande preconceito com relação às ocupações manuais, ainda que altamente qualificadas. Portanto, como conseqüência do processo de socialização operado na escola, o preconceito contra as ocupações manuais atingirá não apenas alunos de classe média, mas também aqueles cujos pais exercem ocupações manuais. Paradoxalmente, então, ao mesmo tempo em que, por força da lei, se instalam laboratórios, oficinas e ateliers, por força de uma dinâmica social irresistível se gera um forte preconceito contra as ocupações que serão ensinadas nestas oficinas. Ao interagirem cotidianamente com alunos de classe média, os filhos dos operários são levados a desprezar a perspectiva de

iniciação profissional oferecida pela escola. Para aqueles de classe média, isto é, cujos pais exercem profissões de status mais alto do que as oferecidas pela escola, essas ocupações jamais poderiam oferecer qualquer atrativo, exceto como hobby.

#### v) Segundo Ciclo Secundário Profissionalizante

A lei 5.692 (1971), prevê a inclusão de um currículo profissionalizante, com duração superior a mil horas, no segundo ciclo do curso secundário. A profissionalização a nível de curso secundário, em suas linhas gerais, é uma idéia inatacável. Não cabem dúvidas de que exista número grande de ocupações que podem ser aprendidas a nível das escolas secundárias. A lei neste sentido abre um leque de perspectivas extremamente interessantes. Contudo, a implementação dessas possibilidades contidas na lei tem apresentado um desafio que, na maioria dos casos, não pôde ser enfrentado com sucesso. Um curso profissional não é algo que se improvisa ou que se possa implantar sem estudos e sem uma inversão de capital em equipamento e treinamento. A mera identificação de áreas de mercado que podem ser atendidas por cursos dessa natureza tem-se revelado um obstáculo intransponível para a maioria das escolas. Todavia, a grande dificuldade reside no fato de que exatamente aquelas escolas com condições de montar e operar os cursos profissionalizantes têm, como clientela, alunos de classe alta e alunos que, além de fortes aspirações para a universidade, apresentam, ao mesmo tempo, as qualificações necessárias para um curso superior. Foram somente as escolas mais caras, mais afluentes, com mais recursos, imaginação e iniciativa que puderam oferecer cursos profissionalizantes e não meros simulacros. Mas é exatamente nessas escolas que faz menos sentido o curso profissionalizante já que, de fato, grande parte da sua clientela se encaminhará aos vestibulares e os enfrentará com sucesso. As escolas, cuja clientela tem menos possibilidades diante da barreira do vestibular, são em geral escolas pobres, pedagogicamente precárias e, portanto, incapazes de oferecer programas profissionalizantes de qualidade aceitável.

Não há estudos recentes que permitam caracterizar a experiência com cursos profissionalizantes ocorrida nos últimos anos. Contudo, parece que, de fato, somente nas escolas onde não há interesse por cursos profissionalizantes foi possível montar programas sérios desta natureza. Sabe-se que há muitas exceções, contudo, o que dissemos acima provavelmente descreve em suas linhas gerais a situação presente.

Apesar das interessantíssimas possibilidades oferecidas na profissionalização do curso do segundo ciclo do secundário, o que até agora tem sido feito não chega a oferecer aos alunos uma alternativa que possa atenuar ou modificar as suas aspirações por um curso de nível universitário. Qualquer modificação a curto ou médio prazo está obviamente a exigir do governo uma atuação muito mais positiva, no sentido de permitir aos cursos secundários que operam com clientela com poucas perspectivas de sucesso no vestibular implantar programas profissionalizantes realistas e de boa qualidade. Pelo menos em uma fase inicial, orientação técnica e subsídio será absolutamente indispensável, uma vez que essas escolas são exatamente as que de menos recursos dispõem, que operam com um corpo docente mais precário e que estão em posição mais desvantajosa para estabelecer tais programas.

Não podemos deixar de mencionar um dilema latente em toda estratégia de escolarização de grupos de classe baixa: as políticas educacionais que oferecem possibilidades ilimitadas de ascensão social têm como contrapartida a pequeníssima probabilidade de mobilidade efetivamente conseguida. Em contrapartida, políticas que oferecem trajetórias ascensionais curtas podem, de fato, permitir a um número muito maior algum grau de mobilidade social.

A escola secundária compreensiva mantém aberta para todos a possibili-

dade de prosseguir na escola. Mas na realidade, poucos conseguem fazê-lo e muitos não recebem qualquer benefício significativo. Já um curso profissional ou vocacional — de horizontes de mobilidade limitados — de fato melhora as condições de vida e o status de grande parte de sua clientela. Se a mobilidade for vista como uma estratégia familiar e não individual, uma ascensão moderada em cada geração pode ser uma forma mais segura de mobilidade social para a família.

#### IV — CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

Existe hoje no Brasil um certo grau de consenso no sentido de que há um excesso de candidatos a diplomas universitários, ao mesmo tempo que não é conveniente ampliar ainda mais o sistema de ensino superior, onde a qualidade do ensino foi comprometida por um crescimento excessivo nos últimos anos. Como solução, tenta-se criar cursos profissionalizantes a nível secundário e, ao mesmo tempo, valorizar este tipo de formação que corresponde a uma terminalidade a nível secundário. Neste trabalho, tentamos mostrar que essa política vem encontrando pouco sucesso. Se, de um lado, existem problemas bastante sérios na organização e operação dos programas profissionalizantes a nível secundário, de outro, e talvez muito mais importante, estabeleceu-se, para os cursos universitários, um nível de atrativos e incentivos que torna impotente qualquer tentativa de promoção ou valorização da terminalidade do secundário. Há um acúmulo de vantagens e benefícios para aqueles que cursam a universidade; enquanto não se agir diretamente sobre esses mecanismos, alguns naturais, outros criados por força de lei, ou com o beneplácito do poder público, não será possível ou viável fazer com que os cursos profissionalizantes sejam mais do que apenas um prêmio de consolação.